

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Requerimento nº de agosto de 2017

(Do Senhor Chico Lopes)

Requer a realização de Audiência Pública sobre os efeitos da mudança da meta fiscal no serviço público.

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir os efeitos da mudança da meta fiscal no serviço público.

Justificação

O governo ao anunciar o aumento do limite da meta fiscal pretende congelar salários de servidores públicos, extinguir 60 mil cargos, aumentar a contribuição previdenciária, reonerar a folha de pagamento e aumentar tributos.

Pouco mais de um ano após assumir o poder pregando uma política de austeridade capaz de deter a trajetória explosiva do rombo nas contas públicas, o governo Temer anunciou nesta terça-feira (15) que a meta fiscal, a estimativa feita pelo próprio Governo da diferença entre gasto e receita, será alterada. Reconhecendo problemas com as previsões de arrecadação, a equipe econômica disse que o déficit primário para 2017 vai saltar dos atuais 139 bilhões para 159 bilhões de reais. A meta fiscal de 2018 também foi revisada para R\$ 159 bilhões.

A realização dessa audiência pública no âmbito da Comissão de Legislação Participativa tem o intuito de discutir os efeitos da mudança da meta fiscal no serviço público.

Para tanto sugiro, convidar representantes do Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, CGTB – Central Geral

dos Trabalhadores do Brasil, CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros, CSP Conlutas – Central Sindical e Popular, CTB – Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil, CUT – Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores, Pública – Central do Servidor, UGT – União Geral dos Trabalhadores, DIEESE , DIAP.

Sala das Reuniões, em agosto de 2017

Deputado Chico Lopes

PCdoB-CE